



O Ideário Patrimonial О идеарио

*QUAL A CÔR
DOS
PATRIMÓNIOS?*



www.cta.ipt.pt

N. 14 // julho 2020 // Instituto Politécnico de Tomar

PROPRIETÁRIO

Instituto Politécnico de Tomar | Centro das Arqueologias

EDITORES

Ana Pinto da Cruz, Instituto Politécnico de Tomar
Doutor José d' Encarnação, Universidade de Coimbra

EDIÇÃO E SEDE DE REDACÇÃO

Instituto Politécnico de Tomar | Centro das Arqueologias

DIVULGAÇÃO

Em Linha

DIRECTORES-ADJUNTOS

Professora Doutora Teresa Desterro, Instituto Politécnico de Tomar
Professora Especialista Fernando Salvador Sanchez, Instituto Politécnico de Tomar
Doutor Gustavo Portocarrero, Faculdade de Belas-Artes, da Universidade de Lisboa (CIEBA)

CONSELHO CIENTÍFICO

Professor Catedrático Carlos Costa, Universidade de Aveiro
Professor Doutor Carlos Cupeto, Universidade de Évora
Professor Doutor André Luis Ramos Soares, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
Professor Doutor Fabio Negrino, Università degli Studi di Genova
Professora Doutora Hália Santos, Instituto Politécnico de Tomar e Directora do ESTAJornal
Professora Doutora Maria João Bom, Instituto Politécnico de Tomar

DESIGN GRÁFICO

Gabinete de Comunicação e Imagem© | Instituto Politécnico de Tomar

PERIODICIDADE

Semestral

ISSN 2183-1394

LATINDEX folio n° 23591

ANOTADA DA ERC | REGISTADA NA INPI

© Os textos são da inteira responsabilidade dos autores.



Índice

EDITORIAL - SALVAGUARDA DOS PATRIMÓNIOS: SABOR AMARGO Ana Cruz	06
ALFONSUS LUSITANUS Thomas Gehring	17
A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO INTERCULTURAL EM CONTEXTOS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA LEGAL, BRASIL Síria Emerenciana Nepomuceno Borges, Maires Souza dos Anjos	26
OS CAMINHOS PORTUGUESES A SANTIAGO DE COMPOSTELA: ORIGENS E TRANSFORMAÇÕES DA ROTA PORTUGUESA Leandro Gomes	50
GOUVERNANCE TOURISTIQUE AU MAROC, DESTINATION MARRAKECH Fadwa Chbani Idrissi	75
QUEL PROCESSUS DE PATRIMONIALISATION POUR LA VALORISATION TOURISTIQUE DES ZONES DE MONTAGNE AU MAROC Wahiba Moubchir, Fatima Ez-zahra Benkhallouq	99
ELEMENTO PATRIMONIAL PRECIOSO NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS ANGOLANAS: O LIVRO DIDÁTICO Teresa Almeida Patatas	119
HISTÓRIAS DO ENGENHO DO MURUTUCU: UM PATRIMÔNIO ARRUINADO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA Diogo Menezes Costa	132
PATRIMOINE ET PATRIMONIALISATION: PROCESSUS ET NOUVEL ENJEU DE VALORISATION TERRITORIALE Hicham Saddou	182
PATRIMÔNIO CULTURAL: DA IMPOSIÇÃO A INVISIBILIDADE! Marcos Canetta Rufino, Roberto Michetti Moreira	221

MEMÓRIA DO TRABALHO DAS MULHERES NA CATAÇÃO DO CAFÉ NA ZONA PORTUÁRIA DE SANTOS-SP Kathelyn Kristinne Garcia da Silva	242
MUSEU, TURISMO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UM ESTUDO DE CASO Eunice R. Lopes, Mónica Cardoso	256
MUSEUS E ROTAS CULTURAIS. FERRAMENTAS DE DIVULGAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO SUBAQUÁTICO DOS AÇORES José Luís Neto	269
O ESTADO DO LUGAR DE MEMÓRIA DE JÚLIO DE CASTILHO Vera Maria da Silva	301

PATRIMÔNIO CULTURAL: DA IMPOSIÇÃO A INVISIBILIDADE!

CULTURAL HERITAGE: FROM IMPOSITION TO INVISIBILITY!

Recebido a 20 de fevereiro de 2020

Revisto a 18 de março de 2020

Aceite a 20 de abril de 2020

Marcos Canetta Rufino

Historiador, com Mestrado na área de Técnicas em Arqueologia e Patrimônio Cultural pelo
IPT de Portugal
marcoscaneta@bol.com.br

Roberto Michetti Moreira

Licenciado em História pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci, Numismata filiado à
Associação Filatélica e Numismática de Santa Catarina.
contatorobertomichettimoreira@gmail.com



Resumo

O referido artigo trata da escravidão em Santa Catarina e seus desdobramentos nos aspectos histórico e humano. Como também, busca descortinar as ideias tidas como verdades absolutas de que na referida região, o processo escravocrata foi diferenciado de outras localidades brasileiras dada a diminuta extensão de terra para a produção agrária no Estado Catarinense. Essas afirmações acabaram por construir uma forma de escravidão paralela, ou seja, diferente de outras regiões, concomitante a crença de que os alemães e italianos do Sul do Brasil não utilizaram de forma constante a mão-de-obra escrava, colocando-se como melhores do que os outros europeus (portugueses e espanhóis). O que queremos dizer é que a referida afirmativa esconde a escravização de indígenas e negros pelo imigrante europeu em Santa Catarina. Neste sentido, houve por parte do imigrante europeu uma desconstrução da identidade e do patrimônio material e imaterial de negros e indígenas neste Estado. Esta situação se observa de forma nítida quando avaliamos a qualidade de vida das populações negras e indígenas em toda região Sul. Reiteramos de forma contundente que sem a força de trabalho de negros e indígenas seria impossível construir o Estado de Santa Catarina da forma que o conhecemos. Obviamente que não desconsideramos o trabalho e a contribuição dos imigrantes europeus. No entanto, sem vias de dúvida, as estruturas racistas e eugenistas que ainda se fazem presentes no certame Catarinense, se dá pela insistência da imposição da visão eurocêntrica consubstanciada por descendentes de alemães e italianos que reforçam a invisibilidade da presença dos povos negros e indígenas no Estado.

Palavras-chave: Subdesenvolvimento, Escravidão, Racismo, Invisibilidade, Desconstrução



Abstract

This article deals with slavery in Santa Catarina and its consequences in the historical and human aspects. As well, it seeks to unveil the ideas taken as absolute truths that in that region, the slavery process was differentiated from other Brazilian locations given the small extent of land for agrarian production in the State of Santa Catarina. These statements ended up building a form of parallel slavery, that is, different from other regions, concomitant with the belief that the Germans and Italians of southern Brazil did not constantly use slave labor, placing themselves as the best than other Europeans (Portuguese and Spanish). What we mean is that this statement hides the enslavement of indigenous and black people by the European immigrant in Santa Catarina.

In this sense, there was a deconstruction by the European immigrant of the identity and material and immaterial heritage of blacks and indigenous people in this state. This situation is clearly observed when we assess the quality of life of black and indigenous populations across the South. We strongly reiterate that without the workforce of blacks and indigenous people it would be impossible to build the state of Santa Catarina as we know it. . We obviously do not disregard the work and contribution of European immigrants. However, without a doubt, the racist and eugenic structures that are still present in the Catarinense event, are due to the insistence on the imposition of the Eurocentric vision embodied by descendants of Germans and Italians who reinforce the invisibility of the presence of black and indigenous peoples in the State.

Keywords: Underdevelopment, Slavery, Racism., Invisibility, Deconstruction



O patrimônio material se insere no seio social sob a força do interesse humano, a hegemonia cultural e a relação de poder, que por vezes é imposta em determinado espaço físico e geográfico.

O patrimônio é uma forma de edificar ideias, sonhos, domínio, devaneios que, na maioria das vezes, interfere na paisagem natural modificando o curso da história. Não se deve olhar o patrimônio somente pela ótica da estética, do desenvolvimento de determinado povo, cultura, tempo e lugar.

O patrimônio também revela em sua imponência física a imposição na paisagem local, modificando sua forma de ser que por vezes já havia criado relação de empatia com os povos existentes que se identificavam com sua forma de ser e ali estar.

A experiência vivida em Santa Catarina com a chegada dos povos europeus, os imigrantes, exemplifica esta nossa afirmativa quando analisamos o processo de “colonização” e a imposição cultural destes grupos no cotidiano das comunidades indígenas do Estado. Como também, na mudança de regramentos comportamentais, em suas crenças e forma de trabalho que desconstruíram o cotidiano daqueles seres, vindo abalar suas estruturas físicas, emocionais, de saberes e espirituais.

O Estado de Santa Catarina iniciou sua saga desbravadora sob a força da escravidão indígena e negra. Esse é o primeiro ponto a se debater neste artigo. Há uma análise infundada que reitera constantemente que a nossa escravidão foi mais branda por não haver grandes extensões de terras e plantios de produtos que eram produzidos e comercializados em outras regiões brasileiras com a Europa.

De acordo com Charles Van Lede, no início do século XIX havia 1,9 pessoas brancas para cada pessoa negra no Estado, uma proporção muito maior do que nos dias de hoje.¹

Não há como você medir escravidão. Esta é uma ideia que precisa ser desconstruída veementemente porque foi uma invenção do imigrante colonizador. Até porque por onde a escravidão se estabeleceu e/ou se desenvolveu no Brasil gerou os mesmos fenômenos a aborígenes e negros: negação humana, desrespeito, subdesenvolvimento, trabalho sem remuneração, estupro, morte e desconstrução de laços afetivos, culturais e de sua humanidade.

A cidade de Desterro, atual Florianópolis, contrapõe algumas dessas colocações históricas conforme as pesquisas de Maria Helena Rosa Schweitzer², onde retrata o número de população escrava em Santa Catarina, descritas na tabela abaixo:

Tabela 1.
População total da província de Santa Catarina

Ano	População Livre	População escrava	Total	% escrava da população
1841	54.638	12.580	67.218	18,72
1844	58.432	14.382	72.814	19,75
1849	60.743	13.942	74.685	18,67
1850	70.789	14.966	85.755	17,45
1854	87.364	14.195	101.559	13,98
1856	92.922	18.187	111.109	16,37
1858	108.655	19.131	127.786	14,97
1859	98.281	16.316	114.597	14,24
1867	104.459	14.722	119.181	12,35
1868	135.000	15.000	150.000	10,00
1870	104.459	14.722	119.181	12,35
1872	144.818	14.984	159.802	9,37

¹ Silva, Guilherme Araújo. *Memórias da escravidão*. Obtido na <http://hoje.unisul.br/memorias-da-escravidao/>. [Consultado a 02 de novembro de 2019].

² Schweitzer, M. H. R. (s.d.). *População escrava e africanos na ilha de Santa Catarina (1830-1860)*. Obtido na <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/mariahelenaschweitzer.pdf>. [Consultado a 02 de novembro de 2019].



A pesquisadora Maria Helena Rosa Schweitzer, diz que: “O percentual de escravos na população não teve grandes alterações, mantendo-se próximo aos 20% da população até o início da década de 1850 com números cada vez menores posteriormente, ao passo que a população livre se manteve em crescimento constante. Portanto a queda do percentual de escravos, de acordo com os números dessa tabela, deve-se justamente a pouca flutuação dos números desses e ao crescimento da população livre”.³

O baixo índice de fazendas de plantio de cana-de-açúcar não impediu o desenvolvimento de um escravismo na construção civil, nos serviços domésticos, atendimento nos hospitais, limpeza pública, comércio, engenho, estiva, pesca da baleia e na produção da agricultura familiar e também no campo sexual, já que haviam poucas mulheres europeias.

Conforme Luciano Costa Gomes, em seu artigo: Livres, libertos e escravos na história da população de Santa Catarina, 1787-1836:

“Os distritos e freguesias com maior proporção de fábricas de farinha e engenhocas de açúcar apresentavam as maiores participações de escravos. Já as localidades com menos engenhos registravam as menores participações de escravos. Constata-se, portanto, a constituição de uma estrutura populacional resultante da concorrência e associação entre o campesinato e a escravidão. Neste quadro, os pequenos agricultores com escravos eram comuns”.⁴

A primeira colônia alemã em Santa Catarina estabeleceu-se nas primeiras décadas do século 19, na região que hoje conhecemos por São Pedro de Alcântara.

Sendo assim, percebemos que o regime escravista conviveu de forma direta, lado a lado, com o colonizador europeu. A escravidão foi utilizada por séculos em Santa Catarina e deixou marcas indeléveis na arquitetura da cidade. A Igreja dos Pretos de Nossa Senhora do

³ *Op. cit.*

Rosário e São Benedito, datada do século 18, é uma das provas físicas deste escravismo ilhéu. A separação espacial da cidade fica nítida na divisão das igrejas e dos bairros onde residiam estes atores sociais. Falar em igualdade neste período e do baixo índice de escravidão é querer contar uma história inverídica em sua essência histórica.

O caso específico do Poeta Cruz e Sousa corrobora com nossas considerações porque mesmo sendo um homem livre, não conseguiu ocupar um espaço de destaque na sociedade que vivia. A sua instrução, somada a alta capacidade para escrever poemas e sonetos, não foram suficientes para a sua aceitação como escritor e funcionário público no Estado Catarinense. A sua descendência africana o impediu de participar daquela sociedade, mesmo sendo um homem culto e instruído.

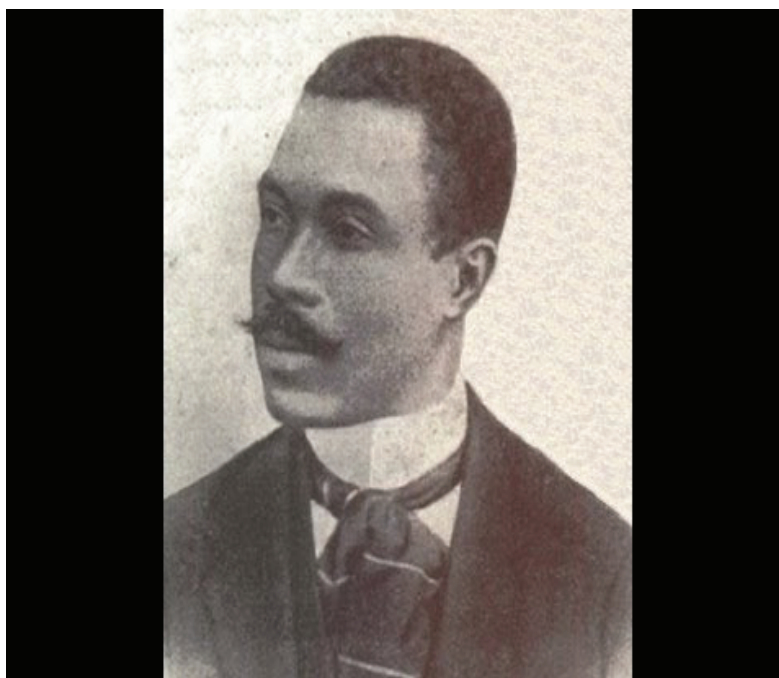


Figura 1. Imagem de Cruz e Sousa. Fonte:

http://www.tudosobrefloripa.com.br/index.php/desc_noticias/poemas_de_cruz_e_sousa_vira_musica_em_show_gratuito_no_sesc_prainha

⁴ Gomes, L. C. *Livres, libertos e escravos na história da população de Santa Catarina, 1787-1836*. Obtido na <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v34n3/0102-3098-rbepop-34-03-00593.pdf>. [Consultado a 07 de novembro de 2019].

A ideologia escravista impedia a mobilidade de não-brancos em seu interior. Não bastava somente ser inteligente, escritor e bem formado, se fazia necessário ser branco.

Neste caso específico, a branquitude aparece como um instrumento determinante para a ocupação de inúmeros espaços sociais. Este fenômeno é o que denominamos na atualidade de racismo estrutural. Além claro, de sua invisibilidade poética e abolicionista. Cruz e Sousa é constantemente negado em sua terra natal pelo fato de ter sido um poeta negro em um Estado que reiteradamente diz ser constituído por europeus. Construíram a ideia de uma espécie de extensão da Alemanha e Itália no Sul do país, negando sua realidade pluriétnica e multicultural.

Por mais que a afirmativa de uma Europa no Sul seja uma falsa construção da verdade, insiste-se em reforçar que as pessoas que nascem em Blumenau são alemães e em Nova Veneza são italianos. Consideramos que esta invenção mental foi reforçada ao longo dos últimos séculos vindo a se fortalecer socialmente no imaginário coletivo do país passando a ser uma verdade sem caráter científico. Sua sustentação se baseia no empirismo social. Descender não significa ser. Estes são Catarinenses e brasileiros. O que queremos dizer é que ser descendente e ter traços fenotípicos não significa sê-lo. Manter algumas de suas tradições na atualidade, também não lhes garante uma nacionalidade estrangeira em solo nacional. Sem contar que essas imposições sociais além de realimentar inverdades, impedem a abertura de lacunas para o debate da presença de povos pertencentes a outros grupos étnicos: indígenas, negros, espanhóis, gregos, japoneses e russos que não são citados pela historiografia Catarinense, como povos construtores desta teia social que hoje vivenciamos.

Ficamos a pensar na grandeza da capacidade intelectual de Cruz e Sousa e Antonieta de Barros, que enfrentaram as dificuldades impostas pelo racismo, a visão eurocêntrica de conhecimento e, mesmo invisibilizados, conseguiram escrever os seus nomes na história de



Santa Catarina em momentos tão amargos na pós-abolição. Não podemos esquecer que esses dois vultos históricos foram filhos de pais escravizados. E, infelizmente, são colocados no ostracismo da historiografia regional.

“Todos esses fatos servem para não cairmos nas armadilhas do esquecimento e da diminuição dos efeitos relacionados à escravidão do negro. Sim, muitos dos nossos antepassados foram vítimas e nós precisamos compartilhar essa história constantemente para que a mesma não se repita”.⁵

O segundo ponto que precisa ser trazido para a análise foi o genocídio realizado pelos chamados “bugreiros” no Sul do Estado que revelam um olhar de incompreensão cultural, desprezo a forma de vida de outrem e absoluta barbárie. Os povos indígenas foram quase dizimados. A força e a ganância dos imigrantes chegados a região geraram na vida desses povos, que viam a terra e a floresta como irmãs, inúmeras dificuldades e perdas substanciais.

É deste prisma que buscamos perceber e construir uma ideia de patrimônio neste Estado, ou seja, não há como falar de Patrimônio Catarinense sem falar de perda, invasão e morte.

Este tripé faz parte do nosso patrimônio imaterial que não é debatido, muito menos denunciado da forma que deveria ser nos organismos de construção de saberes, porque há um silêncio imposto sobre os referidos temas. Por mais incrível que possa ser, parece que os nossos europeus foram mais bondosos e generosos do que os dos demais Estados escravistas no país. Esta é uma leitura romântica da história Catarinense.

Discorrer sobre o patrimônio material e imaterial de Santa Catarina requer um esforço inimaginável para se compreender o processo que o construiu ao longo dos séculos pelo pouco material disponível para leitura e pesquisa. Até porque ao longo de sua consolidação

⁵ Silva, G. A. *Memórias da escravidão*. Obtido na <http://hoje.unisul.br/memorias-da-escravidao/>. [Consultado a 02 de novembro de 2019].

que se deu a partir do século XVIII, houve a negação de outras culturas, formas de vida, perseguição, escravidão e assassinato.

Por incrível que pareça esses instrumentos tornaram-se marcos civilizatórios. No entanto, precisam ser escondidos do debate público. Sendo assim, como interferir nessas estruturas se a base da economia e dos saberes cotidianos (eurocêtricos) estão vinculados diretamente com sua forma de ser e ver o mundo? De que forma se desconstrói este olhar imposto, dominante e segregador se elas negam o diálogo com outras produções humanas e retiram das mesmas a sua fonte mais importante de relação com seu lugar de origem e sua ancestralidade? O nosso lugar de fala, de onde tecemos nossas ideias, negritude, é constantemente calada porque ao aprofundar o debate nós expomos a covardia e a barbárie construída na ocupação do Estado de Santa Catarina por parte dos povos europeus e afirmamos que há negros e indígenas no chamado “Vale Europeu”.

Ao mesmo tempo, denunciemos a matança de indígenas e a escravidão de africanos e afro-brasileiros. Para esconder e camuflar este episódio vergonhoso que lhes retira o glamour de gente culta, civilizada e trabalhadora, reafirma-se constantemente a sua branquitude, seu desbravamento e sua missão de trazer ao Sul do país o desenvolvimento material, a fé cristã e a ordem social.

Ao reiterar essas ideias em formato de história, festas culturais e construções eurocêtricas, nos colocam em uma situação bastante complicada, do ponto de vista histórico, porque em nenhum momento da história dos Catarinenses, que somos todos nós, os povos negros e indígenas ocuparam um lugar de destaque no seio social com direito a fala.

A negação reiterada e a imposição de um patrimônio Ítalo-germânico que ocupa todo certame estadual, com a mesma ideia de superioridade étnica e desenvolvimentista, não abre

possibilidade de espaços para se pensar a sociedade que vivemos, que é pluriétnica e multicultural, em um outro espectro histórico - social.

Obviamente que esta relação é pensada e arquitetada porque estamos a tratar de dominação política, espacial, patrimonial, cultural, econômica e qualidade de vida. Como também, de imposição de valores religiosos, culturais e ideológicos.

Partindo desse pressuposto, torna-se extremamente difícil a ocupação de um lugar para os povos de culturas e histórias negadas, onde suas contribuições possam ser visíveis, garantindo aos seus, o direito de se perceberem como agentes construtores de sua própria história e patrimônio.

A arquitetura é uma das marcas mais contundentes quando pensamos o patrimônio material. Neste sentido, quais são os patrimônios edificados de origem africana e indígena no Estado de Santa Catarina? Parece que esses povos não existiram historicamente, partindo do patrimônio material edificado. No que tange o patrimônio imaterial, temos inúmeras vertentes indígenas e negras em todo certame Catarinense. No entanto, muitas delas desvalorizadas, negadas e postas nos espaços mais degradantes da sociedade.

Sendo assim, quando não vemos os seus contributos, imaginamos que suas capacidades intelectuais e seus saberes são irrelevantes para a construção de Santa Catarina, ou seja, não existiram neste sentido. Os valores étnicos, a forma de ser e de se pensar o mundo destes povos não conseguiram romper os laços do imigrante que preferiu construir o seu espaço no lugar natural do outro sem diálogo e relação de empatia. Este outro, em nosso entendimento, além de ser inferior, feio e selvagem, só poderia ser utilizado como força de trabalho para a acumulação de capital.

A escravidão gerou lucro e riqueza. Como também, a garantia de execução de um tipo de trabalho que o europeu considerava desprezível e que só poderia ser executado por outrem.



Com o passar dos tempos esses espaços de trabalho, mesmo na pós-abolição, viraram lugar de negro. Falamos em limpar latrinas, pescar em alto mar, cuidar de doentes, participar de guerras, trabalhar na estiva, construção civil, desbravar a mata fechada e servir ao senhor e sua família em todo o serviço doméstico.

As cartas dos viajantes nos revelam o olhar depreciativo que tinham sobre o negro. Cartas estas, que quando lidas, parece que estamos a tratar do agora e não de séculos passados. Algumas ideias e olhares não foram modificados com a chegada da modernidade porque as estruturas sociais não foram transformadas. Neste sentido, não consolidaram melhoras na vida de ex-cativos e indígenas. Na atualidade, a atuação de grupos nazistas, a baixa remuneração de pretos e pardos, a invisibilidade midiática e nos espaços de poder mantém em funcionamento as estruturas geossociais que separam as pessoas por sua condição social e étnica.

Há uma separação invisível na cidade onde negros e indígenas não conseguem, em sua maioria, ocupar um lugar de destaque. Um dos exemplos mais traumáticos e conflitantes é que há quase um século os negros não conseguem eleger um Deputado Estadual em Santa Catarina, sem contar que no Estado nunca se teve um negro Governador, Senador ou Deputado Federal.

A única liderança negra eleita a ocupar um lugar no legislativo Catarinense foi a professora Antonieta de Barros, nos anos 30, quando se tornou a primeira mulher e negra a ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa. Depois deste episódio inédito não tivemos mais nenhum afrodescendente eleito para esta Assembleia. São 40 deputados e deputadas que ocupam uma cadeira no legislativo a cada 4 anos. Isso quer dizer que em Santa Catarina, desde a década de 40, todos legisladores eleitos são brancos.

Percebemos que não há uma política pública para mudar este quadro político que segrega a participação de outros grupos étnicos nos espaços de poder político. O feito de Antonieta de Barros não estaria no porão da invisibilidade historiográfica no Brasil se a mesma fosse descendente de imigrantes europeus. Com absoluta certeza as suas obras seriam lidas em todas as cidades e sua face estaria estampada nos quatro cantos do Estado. Até porque foi a primeira mulher eleita para o legislativo no Brasil. Este feito histórico está encoberto pelo véu da negação e do esquecimento historiográfico.



Figura 2. Foto de Antonieta de Barros. Fonte: <http://www.afreaka.com.br/notas/antonieta-de-barros-protagonista-de-uma-mudanca/>

Esta invisibilidade vivida pela personagem histórica Antonieta de Barros, reforça a falta de abertura do debate sobre o papel dos bugreiros que caçavam e matavam os povos indígenas. O que queremos dizer, é que a historiografia eurocêntrica esconde os seus feitos não civilizados e invisibilizam os feitos extraordinários de outros grupos étnicos que compõem a história Catarinense.

Essas histórias não estão nos livros didáticos. Muito menos nas provas de vestibular. Até parece que os nossos europeus, que também foram escravocratas, eram melhores daqueles outros dos estados do Norte, Nordeste e Sudeste brasileiro.

Os descendentes de europeus construíram, de forma imaginária e dissimulada, um outro tipo de escravidão no Sul do Brasil. A realidade posta contradiz suas afirmativas quando analisamos material histórico da época.

Reforçamos que o conceito de escravidão se define pela falta de liberdade, propriedade e no serviço forçado sem remuneração. No Estado, o africano era uma coisa e não uma pessoa com direito e dignidade. Sendo assim, mesmo que haja uma insistência em esconder a escravidão aqui ocorrida, reiteramos a ideia que não há escravidão melhor. A maior prova desta afirmativa, são as condições econômicas e sociais que vivem os afro-catarinenses e indígenas, pós Abolição. É nítida a invisibilidade patrimonial destes grupos étnicos.

Esta negação não se dá somente do ponto de vista histórico, ela acontece agora, no cotidiano. Percebemos que alguns grupos insistem na tese que são alemães ou italianos. Poucos se definem pela cidade de nascença. Isto cria no imaginário coletivo a ideia de uma Europa no Sul do Brasil. Um conceito que é falso e delimita o espaço de povos que não se coadunam com o fenótipo e a descendência europeia. Por conseguinte, veem seus espaços de vivência e desenvolvimento diminuídos. Isto se percebe na qualidade de vida dos povos considerados “não-europeus”.

O baixo número de negros existentes no Estado de Santa Catarina nos dias atuais, que somam quase um milhão de pessoas, conforme dados do IBGE, não é sinônimo e evidência de que a escravidão por estas paragens tenha sido mais amistosa, muito pelo contrário. Por mais que distante dos grandes centros urbanos, aqui, os negros também foram submetidos aos



mais desumanos tratamentos. Tendo sido vendidos em praça pública, torturados em troncos, perseguidos e até mortos.

Assim afirma a pesquisadora Maria Helena Rosa Schweitzer:

“(...) esses resultados preliminares, percebemos a presença escrava naquela sociedade, que essa estava mais imbricada no tráfico de escravos do que se supunha e de que o litoral catarinense não servia apenas como passagem e acesso a outras províncias, mas também foi o destino final de muitos africanos”.⁶

É natural que ao pensarmos acerca da formação inicial e colonização do Estado de Santa Catarina, nos venha a cabeça as incursões vicentistas ou até mesmo a história de casais açorianos que por aqui já se faziam presentes desde o século XVII. Grande parte da bibliografia local, fora delineada sob o prisma "europeizado", em detrimento à maciça presença de negros, sejam eles livres ou não, que aqui habitou concomitantemente aos demais. De acordo com o historiador Paulino Francisco de Jesus Cardoso:

“(...) bem como, a proposta de um diálogo com certas vertentes da História Social em Santa Catarina, buscando apreender as opções teóricas e metodológicas que até o presente sustentam uma interpretação da sociedade Florianopolitana e Catarinense, que minimiza a importância da escravidão africana, coisifica cativos e libertos, e tem contribuído para a invisibilidade das experiências africanas”.⁶

O tratado de proibição de tráfico negreiro, que, assinado em 1826, ratificado em 1827 e finalmente decretado em novembro de 1831, possui relação direta com a alta do mercado

⁶ Schweitzer, M. H. R. *População escrava e africanos na ilha de Santa Catarina (1830-1860)*. Obtido na <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/mariahelenaschweitzer.pdf>. [Consultado a 02 de novembro de 2019].

escravista porque a sociedade escravocrata temendo as atitudes que seriam tomadas pelo governo imperial, traficantes anteciparam-se e intensificaram a importação de negros.

Relatos de viajantes, tais como de aventureiros e até mesmo autoridades, corroboraram a dimensão e o lugar estrutural que o escravismo possuía na sociedade. Tomemos como exemplo a correspondência datada de 16/10/1739, pelo qual o primeiro presidente da



província de Santa Catarina, o engenheiro militar José da Silva Paes, faz um comentário acerca da presença de negros escravizados, bem como, as de índios na composição do contingente militar da Fortaleza invocada a São José da Ponta Grossa, componente do sistema Diz a matéria online do jornal Notícias do Dia, da cidade de Joinville, datada de 12/05/2013: triangular de defesa que estava por ser construída na embocadura do norte da ilha de Santa Catarina. (Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1948, p. 94): "(...) e sem embargo de eu não me achar com forasas competentes tanto pella pouca gente que tenho, pois não chegão a sento e sincoenta pessoas, entre soldados, pedreyros, carpynteiros, ferreyros, índios e escravos (...)."

“Ao completar 125 anos da assinatura da Lei Áurea, o marco da abolição da escravatura no país, o tema ainda continua sendo um tabu na história. Em Joinville, não é diferente. A presença de escravos na região é pouco falada nos livros locais e muitas pessoas nem se dão conta que eles existiam. Mas havia negros escravizados, sim, como em todo o país. E não eram poucos. Embora não fosse permitido ao colono, a prática era comum nas famílias de origem lusa que já habitavam estas terras muito antes da Sociedade Colonizadora Dona Francisca começar a trazer para cá os primeiros imigrantes”⁸.

⁶ Schweitzer, M. H. R. *População escrava e africanos na ilha de Santa Catarina (1830-1860)*. Obtido na <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/mariahelenaschweitzer.pdf>. [Consultado a 02 de novembro de 2019].





Figura 3. Imagem encontrada no Arquivo Histórico de Joinville mostra casa de escravo. Fonte: <https://ndmais.com.br/noticias/mao-de-obra-escrava-era-usada-na-joinville-do-seculo-19>.

Outro fator que nos chama bastante atenção na mesma matéria, é que crianças eram separadas dos pais:

“Às vezes, as crianças não iam juntas”, comenta. Nessa época, segunda metade do século 19, a maior parte dos cativos já era nascida no país – anteriormente, até por volta de 1860, os registros indicavam a procedência, como “Benguela” (uma das denominações dadas aos bantus, que viviam em vários locais da costa africana) e “Mina” (vindos da Costa da Mina, na África), por exemplo”.⁹

A matéria ainda nos traz informações colhidas no livro de Carlos Ficker, onde consta que o Coronel Vieira, por exemplo, se estabeleceu em 1826. “Com grande fazenda e muitos escravos.” Nos registros dos cemitérios e igrejas eles apareciam, com a identificação de seus donos.

⁷ Cardoso, P. de J. F. (2008). *Negros em Desterro: experiências das populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX*. Itajaí: Casa Aberta, p. 21.

⁸ Redação ND, Joinville *Mão de obra escrava era usada na Joinville do século 19*. Obtida na <https://ndmais.com.br/noticias/mao-de-obra-escrava-era-usada-na-joinville-do-seculo-19/>. [Consultado a 02 de novembro de 2019].

⁹ Redação ND, Joinville *Mão de obra escrava era usada na Joinville do século 19*. Obtida na <https://ndmais.com.br/noticias/mao-de-obra-escrava-era-usada-na-joinville-do-seculo-19/>. [Consultado a 12 de novembro de 2019].

Essa matéria reforça a nossa teoria de que a escravidão em Santa Catarina foi um fenômeno em todos os seus espaços onde se estabeleceu o colonizador. Por mais que as chamadas cidades germânicas busquem rebater esta afirmativa, os dados colhidos pela reportagem da redação do Jornal Notícias do Dia revelam que a história não foi bem assim, ou seja, houve o uso de mão de obra escrava na construção da cidade de Joinville.

Algumas fontes informativas desta reportagem, reforçam a tese que traçamos acima:

“Na Coletoria Estadual havia ainda o registro do recolhimento de impostos sobre a circulação de escravos (como uma mercadoria, um bem) e no livro de venda dos escravos, constava o imposto sobre transferência. Quando eles iam ao Planalto Norte, por exemplo, mudavam de Estado, e era preciso pagar o imposto. As famílias vinham de lá para comprar escravos aqui. Isso era registrado no tabelionato, explica a pesquisadora Brigitte Brandenburg, comentando que nesse comércio muitas vezes as famílias de negros eram separadas”.¹⁰

Um outro ponto bastante polêmico, mas extremamente necessário a ser tratado neste artigo sobre patrimônio cultural, é a construção histórica, do ponto de vista filosófico e arquitetônico, da cidade de Blumenau.

Conforme a pesquisa de Fernanda Bertoli, descrita no jornal online, O Município Blumenau, publicada em 20/11/2017, percebe-se que na construção do Vale Europeu, tivemos a presença de mão de obra escrava, em particular, no levantamento das vigas estruturais da cidade de Blumenau:

“Relacionar a colonização alemã no Sul do Brasil à escravidão é um assunto controverso, “talvez pela necessidade de se identificar o Brasil Meridional apenas com o imigrante europeu, trabalhador livre, dono de suas próprias terras e empreendedor industrial (...).”, como citam os historiadores André Voigt e Marlon Salomon em artigo publicado na revista Blumenau em Cadernos.

¹⁰ Redação ND, Joinville *Mão de obra escrava era usada na Joinville do século 19*. Obtida na <https://ndmais.com.br/noticias/mao-de-obra-escrava-era-usada-na-joinville-do-seculo-19/>. [Consultado a 12 de nov. de 2019].

Os dois historiadores buscaram registros que comprovassem a presença da mão de obra negra na construção da cidade, mas há apenas um documento sobre a questão, assinado pelo próprio Hermann Blumenau. Nele, o fundador confirma que o sócio Ferdinando Hackradt buscou cinco escravos, entre eles uma senhora, para trabalhar nas terras da colônia.”¹¹

Obviamente que essas afirmativas possam vir a chocar olhares e análises históricas anteriores. Até porque a cidade de Blumenau possui um caráter explícito de se ver e se sentir germânica. A Oktoberfest reitera este pressuposto todos os anos. Neste sentido, se vende um olhar para fora de Santa Catarina de uma pequena Alemanha no Brasil.

O marketing utilizado e reforçado em imagens compactadas e muito bem produzidas para os meios de comunicação moderna que ocultam a história real do que ocorreu nos anos de fundação e consolidação da cidade de Blumenau:

Baseados em documentos deixados pelo próprio fundador, historiadores afirmam que não só havia negros por aqui nos primeiros anos após a chegada dos alemães como cinco deles foram trazidos como escravos. Um episódio que inclui a cidade no contexto de exploração da mão de obra negra no Brasil – principal fato que motiva o Dia da Consciência Negra, lembrado nesta segunda-feira, 20.

“Quando ele requereu as terras, fez em sociedade com Ferdinando Hackradt. Doutor Blumenau foi para a Alemanha buscar imigrantes e o Ferdinando Hackradt ficou aqui para fazer o barracão dos imigrantes. Ferdinando Hackradt, com a aquiescência do Blumenau, contratou cinco escravos, mas eles fugiram. O doutor Blumenau ficou com uma senhora de idade, isso ele deixa escrito”.¹²

¹¹ Bertoldi, F. *Afinal, a colônia de Blumenau teve escravos?* Obtido na <https://omunicipioblumenau.com.br/afinal-colonia-blumenau-teve-escravos-veja-o-que-dizem-historiadores/>. [Consultado a 12 de nov. de 2019].

¹² Bertoldi, F. *Afinal, a colônia de Blumenau teve escravos?* Obtido na <https://omunicipioblumenau.com.br/afinal-colonia-blumenau-teve-escravos-veja-o-que-dizem-historiadores/>. [Consultado a 12 de novembro de 2019].

Concluimos depois de nossa pesquisa que ainda há muito a se escrever e debater sobre a escravidão negra em Santa Catarina e seus desdobramentos no campo do patrimônio cultural, material e imaterial, na atualidade.

Obviamente que percebemos na construção deste texto que há um enorme hiato entre o que foi e o que possa ter sido. A historiografia ainda não foi capaz de traduzir de forma nítida as histórias das comunidades negras e indígenas que sofreram diversas perdas com a imersão do sistema escravocrata em todo o Estado Catarinense.

O imigrante europeu ao longo dos séculos impôs uma cosmovisão onde sua história e etnia se sobrepõem a qualquer outro grupo étnico que não tem o mesmo reconhecimento e participação nas coisas cotidianas das cidades.

Negros e índios ainda são considerados e tratados, por descendentes de imigrantes, como povos subalternos. E, quanto mais fechada for a cultura de cunho eurocêntrico, maior dificuldade terá o descendente de africano ou indígena de ocupar um espaço de visibilidade e reconhecimento naquela sociedade, ressalvadas exceções.

Ainda paira no ar a ideia de superioridade de grupos humanos sobre outros. Isto se consubstancia na falta de fruição de uma cultura pluriétnica, onde negros e indígenas possam ser incluídos. Concomitante, a uma arquitetura patrimonial vinculada a cultura africana ou aborígine. O patrimônio que se destaca nos espaços sociais Catarinenses são ligados diretamente à portugueses, alemães e italianos. As festas de outubro reforçam esta visão, todos os anos, por décadas. Sem contar que enquanto as festas europeias são tidas como instrumento turístico, civilizado e cultural, o carnaval sofre pesadas críticas, falta de investimento público, privado e não é visto e tratado da mesma forma.

Neste sentido, o próprio patrimônio edificado esconde em seu interim a força de trabalho escrava na sua própria construção: o estilo arquitetônico encobre a força de trabalho utilizada na sua edificação. Como também, a excludente negação do outro.

Esse nosso entendimento nos estimula a continuar a pesquisar e escrever sobre o tema posto, objetivando desmistificar e trazer a luz da razão, a história da colonização europeia no Estado de Santa Catarina e a utilização da força de trabalho escrava.

Percebemos que ainda há muito por se fazer, mas acreditamos que as linhas as quais tecemos acima serão capazes de desconstruir algumas ideias e a colocar interrogações em inúmeras afirmativas que não se coadunam com a verdade histórica.

